

O real na filosofia de Charles S. Peirce

Juliana Rocha Franco¹
Priscila Monteiro Borges²

Resumo: O trabalho buscará, a partir do Realismo de C. S. Peirce, traçar elementos que configuram uma possível ontologia no sistema filosófico de Peirce. Começaremos por trabalhar a noção de real em Peirce mostrando como ela se relaciona com a existência, o possível, e a noção de geral. Em seguida, será apresentada a crítica que Peirce fez ao Nominalismo para mostrar como se constitui seu realismo. Segundo alguns autores, a Virada Linguística, no século XX, foi marcada pela subordinação do ser à linguagem. O Construtivismo, nesse contexto, fomentaria a ideia de que o mundo está contido dentro de nós (Barad, 2003, p. 801). Tal noção tem sido bastante criticada pelo Realismo Especulativo, pois transforma questões ontológicas em questões epistemológicas. Isto é, a busca pelo real foi substituída por questões sobre como acessar o conhecimento, deixando de lado a discussão sobre a realidade ela mesma. Na teoria peirceana, é possível encontrar uma solução interessante para essa questão, pois há nela, ao mesmo tempo, uma teoria metafísica que considera a existência de um certo tipo de realidade e a semiótica que nos indica o modo como representamos e significamos o mundo. Dessa forma, será apresentado um caminho complementar para se fazer uma leitura da ontologia em Peirce, que aborda a noção de objeto e especificamente a noção de objeto dinâmico, evidenciando como Peirce trabalha o problema do acesso ao real na semiótica.

Palavras-chave: Ontologia. Metafísica. Semiótica. C. S. Peirce.

The real according to Charles S. Peirce

Abstract: From the perspective of Peirce's realism, the paper gives an account of some ontological elements of Peirce's philosophical system. After a discussion of Peirce's notions of the "real" and "reality", it shows how reality, according to Peirce, relates to existence, possibility, and to generality with comments on Peirce's critique of nominalism. According to 20th century ordinary language philosophy and the Linguistic Turn of the twentieth century, cognition was conceived as being determined by the language spoken by the cognizing being. Constructivism held that the world is

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital- (TIDD/PUC-SP). E-mail: judorf@gmail.com.

² Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduada em Comunicação - Publicidade e Propaganda pela Universidade de Brasília (UnB). É professora do Departamento de Audiovisuais e Publicidade da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Temporalidades da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atua como diretora executiva e pesquisadora do Centro Internacional de Estudos Peircianos - CIEP/PUC-SP e vice-secretária geral da International Association for Semiotics Studies (IASS-AIS). E-mail: primborges@gmail.com.

contained within the cognizing minds (Barad, 2003, p. 801). Speculative Realism has been criticizing such positions as logocentric. The reproach of the speculative realists is logocentrism substitutes ontological questions for epistemological ones. Their quest for the real is a quest for a method of investigating knowledge instead of discussing reality as such. In Peirce's theory we find an interesting solution to the issue. On the one hand he is a realist with a metaphysical theory of an extended form of reality, on the other, he is a semiotician, who knows that we can know the world only through signs. Based on Peirce's semiotics, the authors bring up an ontological discussion of Peirce's notion of (dynamic) object and shows how Peirce understood the question of the access the real through signs.

Keywords: Ontology. Metaphysics. Semiotics. C. S. Peirce.

Introdução

Atualmente a ontologia tem se tornado uma questão importante entre os estudiosos de várias áreas, sendo possível mapear esse retorno na filosofia, antropologia, sociologia, entre outras. Atualmente, alguns teóricos (Bryant et al. 2011; Hemmings, 2005, dentre outros) mencionam que, nos últimos anos, tem havido uma "virada ontológica". Conforme afirma Ivakhiv (2014, p. 1), a questão já não é mais de ordem epistemológica (como nós sabemos o que sabemos?), mas sim aquela que visa a uma dimensão ontológica da existência. A partir dessa perspectiva, emergem questões sobre quais são os constituintes fundamentais do universo, qual é a sua natureza, como eles se relacionam etc.

Bryant (2010, p. 1) afirma que atualmente experimenta-se uma proliferação promíscua e uma multiplicação de objetos de todos os tipos. Diante de tal processo, teóricos ligados à Ontologia Orientada aos Objetos, tais como Graham Harman (2011), Levi Bryant (2014), Ian Bogost (2012) dentre outros, têm organizado seu pensamento em torno da premissa de que a melhor descrição da realidade é aquela que se volta para os objetos que a compõem. Ivakhiv (2014, p. 1), afirma que, embora tal ponto de vista pareça ser similar ao de fenomenólogos, como, por exemplo, Husserl e sua proposta de "volta às coisas mesmas", a grande diferença é que Husserl abordou essas "coisas" através da percepção que os humanos têm delas. Outros filósofos, tais como Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty também adicionaram ênfase nos determinantes contextuais da experiência humana. Já os teóricos ligados à Ontologia

Orientada aos Objetos estão mais interessados no descentramento da percepção e experiência humana.

A orientação para os objetos leva à rejeição de abordagens filosóficas como a construção social da realidade, e se constitui em franca oposição à ideia kantiana de que a mente organiza ativamente a experiência e que, segundo Braver (p. 5), originou, em suas várias interpretações e desdobramentos, uma linha importante do que se tornou conhecido como antirrealismo na filosofia analítica (Wittgenstein, Quine, Davidson, Putnam, Goodman e Dummett). O autor também enfatiza que, embora com vocabulários e estilos diferentes, podemos encontrar esse antirrealismo na filosofia continental (tradição fenomenológica e hermenêutica). A “Virada Linguística” também é marcada pela subordinação do ser à linguagem. Já o Construtivismo fomentaria a ideia de que o mundo está contido dentro de nós (Barad, 2003, p. 801). Viveiros de Castro (2011) afirma que a “virada linguística” converteu todas as questões ontológicas em questões epistemológicas, e subordinou toda indagação sobre o real à questão das condições de nosso acesso a ele.

Assim, o presente artigo buscará traçar elementos que configuram uma possível ontologia no sistema filosófico de C. S. Peirce. Buscaremos mostrar que o realismo peirciano se apresenta como uma alternativa para a construção de uma ontologia viável para se compreender os fenômenos contemporâneos para além de teorias que consideram “signos e realidade para sempre divorciados, em vez de integrados numa continuidade natureza-cultura” (Andacht, 2005, p. 3). Dessa forma, se delineia ao mesmo tempo uma teoria metafísica que considera a existência de um certo tipo de realidade e a semiótica que nos indica o modo como representamos e significamos o mundo.

Ontologia nos escritos de Peirce e seus sentidos

No texto *An Outline Classification of the Sciences* (1903, EP 2:458-462³), Peirce situa a metafísica como a terceira e última ciência que compõe a filosofia, juntamente

³ EP se refere ao *Essential Peirce vols. 1 e 2*, conforme notação adotada internacionalmente para citação dos textos de C. S. Peirce. O primeiro número se refere ao volume, o segundo, depois dos dois pontos, ao número da página. A data se refere ao texto de Peirce.

com a fenomenologia e as ciências normativas (1903, CP 1.186⁴)⁵. Por sua vez, a metafísica apresenta três subdivisões:

A metafísica deve ser dividida em (i) metafísica geral ou ontologia; (ii) metafísica psíquica ou religiosa, que aborda principalmente as questões de (1) Deus, (2) Liberdade e (3) Imortalidade; (iii) metafísica física, que discute a natureza real do Tempo, Espaço, Leis da Natureza, Matéria etc. (Peirce, 1903, CP 1.192).

Peirce foi crítico ao que chamou de metafísica *a priori*. Delaney (2013) afirma que essa designação visava identificar aquela tradição racionalista na metafísica que se propunha demonstrar verdades acerca da natureza da realidade a partir de princípios *a priori*. Segundo Mayorga (2007, p. 122) para Peirce, os metafísicos, na maior parte, foram teólogos, e, como tal, a sua principal razão foi confirmada e convencer os outros de certas crenças estabelecidas e aceitas por eles em vez de questioná-las e tentar ver quaisquer erros nessas crenças como deve ser o caso quando se trata de encontrar a resposta certa. É importante ressaltar que, embora Peirce concordasse que a metafísica é a ciência que lida com o ser enquanto ser (1898, CP 6.214; c. 1901, CP 6.526), Ibrí (1992, p. 21) afirma que a metafísica para Peirce é a ciência que busca explicar, de maneira positiva, ou seja, recorrendo aos fatos, como o mundo deve ser realmente para que ele possa aparecer da maneira como aparece. Para Peirce,

a única diferença essencial entre a metafísica e a meteorologia, a linguística e a química, é que ela não se vale de microscópios, telescópios, viagens ou outros meios de adquirir experiências recônditas, mas contenta-se em assegurar tudo o que pode ser assegurado de uma experiência tal como a que cada homem passa em cada dia e hora de sua vida (Peirce, c. 1900, CP. 8.110).

⁴ CP se refere ao *The collected papers of Charles S. Peirce*, conforme notação adotada internacionalmente para citação dos textos de C. S. Peirce. O primeiro número se refere ao volume, o segundo, depois do ponto, ao número do parágrafo. A data se refere ao texto de Peirce.

⁵ O quadro peirciano (1903, EP 2:458-462) de classificação das ciências se configura da seguinte forma:

1. Matemática
- 2 Filosofia
 - 2.1 Fenomenologia
 - 2.2 Ciências Normativas
 - 2.2.1 Estética
 - 2.2.2 Ética
 - 2.2.3 Lógica ou Semiótica
 - 2.2.3.1 Gramática Especulativa
 - 2.2.3.2 Lógica Crítica
 - 2.2.3.3 Retórica Especulativa ou Metodêutica
 - 2.3 Metafísica
3. Ciências Especiais

De acordo com a arquitetura filosófica de Peirce, a metafísica depende de todas as ciências que lhe antecedem na classificação o que lhe fornece fundações oriundas da fenomenologia e ciências normativas. Nesse caso, conforme afirma Santaella (1992, p. 131) a Fenomenologia fornece o fundamento observacional para o resto da Filosofia, buscando determinar os elementos universais indecomponíveis de tudo aquilo que aparece à mente enquanto as Ciências Normativas se detêm no fenômeno na medida em que podemos agir sobre ele e ele sobre nós. Ou seja, "o modo geral pelo qual a mente, se for agir deliberadamente e sob autocontrole, deve responder aos golpes da experiência" (Santaella, 1992, p. 131).

Ao utilizar os princípios da lógica, Peirce investiga de acordo com Santaella (1992, p. 131), o que é real (e não a ficção), na medida em que esse real pode ser averiguado na experiência comum. Dessa forma, a metafísica de Peirce funda as suas hipóteses não sobre dados a priori, mas, sim, no mundo fenomênico e consiste no resultado da aceitação absoluta dos princípios lógicos, não meramente como regulativamente válidos, mas como verdades do ser (Peirce, 1896, CP 1.487).

Era o intento de Peirce criar uma metafísica científica (Delaney, 2013; Nubiola, 2012), a qual, usando os princípios da Lógica, investiga o que é real, na medida em que esse real pode ser investigado na experiência comum. Essa metafísica, conforme afirma Santaella (1992, p. 131), "une os estudos da Fenomenologia e Ciências Normativas para desenvolver uma Teoria da Realidade". Dessa forma, a tarefa da metafísica seria conhecer as características mais gerais da realidade e objetos reais com a ajuda da fenomenologia e da lógica como a ciência da análise do pensamento. Segundo Ibri (1992, p. 21), a pergunta a ser respondida pela metafísica é: "como deve ser o mundo para que ele me apareça assim?". Apesar de haver uma metafísica explícita em Peirce, a ontologia não é algo evidente nos seus textos. Tal fato pode ser explicado por Peirce ter vivido e escrito numa época em que o termo ontologia não era utilizado. De Almeida (2013) lembra que,

A palavra reentrou no vocabulário filosófico na primeira metade do século XX, depois de ter sido abandonada pela transformação filosófica do século XVIII que seu autor, Immanuel Kant, chamou de "revolução copernicana", mas que, curiosamente, ao contrário da revolução de Copérnico que tirou o observador do centro do mundo, consistiu em fazer girar o mundo em torno do sujeito (De Almeida, 2013, p. 10).

Entretanto, Peirce (1906, CP 5.496), nos fornece uma pista sobre o que ele entende por ontologia. Segundo o autor, “existem certas perguntas comumente reconhecidas como metafísicas, e que certamente o são, se por metafísica nós queremos dizer ontologia (...). Estas são, por exemplo, o que é realidade? Necessidade e contingência são modos de ser do real? As leis da natureza são reais? Elas podem ser consideradas imutáveis ou presumivelmente são resultados da evolução? Existe algum acaso real, ou desvio da lei real?” (Peirce, 1906, CP 5.496). Se pensarmos que “a ontologia de um filósofo é o conjunto de entidades que ele assume existir na realidade (DeLanda, 2002, p. 4) e que os “tipos de entidades que ele está pronto a asseverar como realmente existentes” (ibid., p. 4), é possível apreender uma ontologia como teoria do real em Peirce.

Em busca de uma teoria da realidade em Peirce

Em um artigo escrito em 1906, denominado *Answers to Questions concerning My Belief in God* (CP 6.494–519), Peirce efetua uma distinção entre a realidade e a existência. Segundo o autor (c.1901, CP 6.349), existência é um modo especial da realidade, que, independentemente de outras características que possui, tem que ser absolutamente determinada. A realidade, por sua vez, é um modo especial de ser, cuja característica é que as coisas que são reais são o que elas realmente são, independentemente de qualquer afirmação sobre elas. Peirce desenvolve melhor essas ideias em um artigo publicado no *Jornal Hibbert* em 1908 intitulado *A Neglected Argument for the Reality of God*. Note-se que o seu argumento, não é um argumento para a existência de Deus, mas para a realidade de Deus.

Peirce afirma que o real seria aquilo que não é o que eventualmente dele pensamos, mas que permanece não afetado pelo que dele possamos pensar (Peirce, 1871, W 2:467). Nesse caso, o real é aquilo que existe independentemente do que pensamos a seu respeito (Peirce, 1878, CP 5.405; 1878, W3:271⁶; 1871, EP 1:90) e, neste sentido, é ontologicamente independente dos nossos processos epistêmicos.

⁶ W se refere aos *Writings of Charles S. Peirce vols. 1 a 6*, conforme notação adotada internacionalmente para citação dos textos de C. S. Peirce. O primeiro número se refere ao volume, o segundo, depois dos dois pontos, ao número da página. A data se refere ao texto de Peirce.

O real não é o que nós pensamos que poderia acontecer, mas aquilo que não é afetado por aquilo que se pode pensar sobre ele. O real pode ser considerado a partir de dois pontos de vista diferentes. Onde está o real, a coisa independentemente de como pensamos? Deve haver alguma coisa, porque as nossas opiniões são dadas; há algo, por conseguinte, que influencia nossos pensamentos e que não foi produzido por eles. É verdade que, exceto pensamentos, não temos nada imediatamente presentes para nós. Estes pensamentos, no entanto, foram causados por sentimentos e esses sentimentos são constrangidos por algo fora da mente. Este exterior à mente, o que influencia diretamente o sentimento e através do sentimento, pensamento, é independente de como pensamos, porque está fora da mente, e é, em suma, o real (Peirce, 1871, EP 1:88).

Para Peirce, a existência, como um modo especial da realidade, seria detentora de alteridade, afetação e persistência, mas que, no entanto, seria destituída da generalidade pertencente à realidade (Ibri 1992, p. 65). Deste modo: "Quando dizemos que uma coisa 'existe' queremos significar que ela reage sobre outras coisas" (Peirce, s.d., CP 7.534). A distinção entre realidade e existência está diretamente ligada ao realismo peirciano.

Beuchot (1996, p. 1) ressalta que se deve distinguir dois sentidos da palavra "realismo": um quando ela é utilizado no problema de universais e outro quando utilizado dentro do âmbito do problema e limites do conhecimento. No âmbito do problema do conhecimento, o realismo seria, para Beuchot (1996, p. 1), o oposto ao idealismo. A história do realismo pode, segundo Mayorga (2007, p. 6-8), ser dividida em dois períodos: o primeiro antigo-medieval que incidiu sobre a demonstração da realidade dos universais, em oposição ao nominalismo e segundo período que inclui toda a idade moderna e considera os objetos reais como independentes do conhecimento e consciência individual.

Aqui especificamente, vamos tomar a expressão realismo no sentido ontológico, a partir da resposta de Peirce para o problema dos universais, questão fundamental para compreender seu realismo como veremos a seguir. Segundo Mayorga (2007, p. 8), o problema dos universais, que pode ser atribuído a Platão, resultou, durante a Idade Média, em uma das controvérsias mais importantes da

filosofia. Caracterizou-se, de acordo com Abbagnano (2007, p. 1165) pela discussão acerca do “status ontológico dos universais (gêneros e espécies) no início do século XI e prolongou-se em forma apenas modificada, na filosofia moderna”. O problema dos universais surge da questão de como explicar o fato de muitas entidades diferentes possuírem uma mesma propriedade. Armstrong colocou o problema da seguinte forma:

Nós começamos com um acordo básico então: que, em algum sentido mínimo ou pré-analítico, há coisas que têm certas propriedades e estão em certas relações. Mas, como Platão foi o primeiro a notar, essa situação é profundamente intrigante, pelo menos para filósofos. A mesma propriedade pode pertencer a coisas diferentes. A mesma relação pode relacionar coisas diferentes. Aparentemente, pode haver uma coisa idêntica em coisas que não são idênticas. As coisas são uma ao mesmo tempo em que são muitas. Como isso é possível? (Armstrong, 1978, p. 11).

Por exemplo, Alazão e Corcel são os dois cavalos, mas o que é essa propriedade, uma “cavaleza” que eles parecem ter e que nos faz reconhecê-los como cavalos de modo a justificar que se possa predicá-los como um geral, isto é, “cavalos”? A resposta do realismo é que todos os cavalos são cavalos em virtude da existência de uma única coisa universal abstrata, neste caso, que é uma parte de todos os cavalos. O nominalismo nega a existência de universais neste sentido, pois ele se constitui a partir da premissa de que conceitos abstratos, termos gerais, ou universais não têm existência independente, mas só existem como nomes. Peirce⁷ explica que o nominalismo é a “doutrina de que nada é geral, excluindo nomes; mais especialmente, é a doutrina que os nomes comuns, como homem, cavalo, não representam em sua generalidade nada em coisas reais, mas são meras conveniências para falar sobre muitas coisas ao mesmo tempo ou, no máximo, as necessidades do pensamento humano.

Com relação à posição de Peirce sobre a querela dos universais, Houser (1992, p. xxiv) menciona que houve uma evolução no seu pensamento que partiu de um “quase-nominalismo” inicial para um “realismo extremo” de seus últimos escritos. Hookway (1997), em uma direção parecida, fornece uma discussão útil sobre como a

⁷ Nominalismo, *The Century Dicionário e Enciclopédia*, WD Whitney, ed., A Companhia Century, New York, 1889-1891, Vol. 1, p. 32. Acessível online em <http://www.global-language.com/CENTURY/>

mudança peirciana de atitude do nominalismo para o realismo afetou sua cosmologia. Fisch (1967, p. 159-178,) divide esse processo de mudança em cinco fases. Uma fase nominalista inicial de 1867-1868, O primeiro passo em direção ao realismo realizado em 1868 seria uma segunda fase. Um segundo passo em direção ao realismo (1871) seria a terceira fase; O período Pré-Monist (1871-1890) a quarta fase e o período Monist (1891-1914), a quinta fase. No entanto, em 1909, Peirce (CP 1.20) relembra uma resenha que ele escreveu sobre o livro de Fraser, "*The Works of George Berkely*", publicada na North American Review em outubro de 1871 (Peirce, 1871, CP 8.7-38, W2:462-487, EP 1:83-105), na qual ele declara-se realista. Já maduro, Peirce (1909, CP 1.20) chama atenção para o fato de que, embora ele tenha minuciosamente revisado suas opiniões filosóficas mais de meia dúzia de vezes e elas tenham eventualmente se modificado, ele nunca foi "capaz de pensar diferente sobre essa questão do nominalismo e realismo".

A resenha escrita sobre o livro de Fraser, "*The Works of George Berkely*", (Peirce, 1871, CP 8.7-38, W2:462-487, EP 1:83-105), é especialmente importante porque Peirce expõe, contextualiza e se posiciona em relação ao debate sobre os universais em termos das diferenças entre realismo e nominalismo. Na resenha, Peirce (1871, W2:467) indaga se os universais são reais. Em sua argumentação, afirma que é preciso tão somente parar e considerar por um momento o que se entende pela palavra *real*. O autor afirma que os objetos são divididos em ficções, por um lado, e realidades, do outro. Os primeiros são aqueles que existem apenas na medida em que algum homem os imagina; os últimos são aqueles que têm uma existência independente de sua mente ou da minha ou a de qualquer pessoa.

Para Peirce (1871, W2:467), a questão é se homem, cavalo, ou outros nomes de classes naturais correspondem a algo que todos têm em comum, independentemente de nosso pensamento, ou se estas classes se constituem simplesmente por uma semelhança no modo pelo qual nossas mentes são afetadas por objetos individuais que, em si mesmos, não têm semelhança ou relação, qualquer que seja. Peirce (1898, CP 7.469) buscava um método de raciocínio pelo qual pudéssemos nos assegurar de que alguma lei a ser descoberta pela observação da natureza não fosse uma mera ficção de contabilidade, mas que representasse uma ação real e viva na natureza. Essa

questão é de suma importância para o desenvolvimento do pragmatismo peirciano porque, em última instância, trata-se de sustentar a possibilidade de se reconhecer que existem leis (gerais) no universo que seriam reconhecidas pela ciência. Peirce (1905, CP 5.503) afirma que o Pragmatismo dificilmente poderia entrar em uma cabeça que já não estivesse convencida de que existem gerais reais.

Em sua resenha sobre o livro de Fraser, Peirce apresenta a ideia do real como aquilo que é independente de como o pensamos. Para o autor, nossas opiniões são, de algum modo, constrangidas pelo real, entendido como algo que influencia nossos pensamentos e que não é por eles criado:

É verdade que não temos nada que nos seja imediatamente presente a não ser nossos pensamentos. Estes pensamentos, no entanto, foram causados por sensações e essas sensações são compelidas por algo que está fora da mente. Esta coisa fora da mente, que influi diretamente sobre a sensação e através da sensação pensada, por estar fora da mente, é independente do modo como a pensamos e é, em suma, o real (Peirce, 1871, W2:468).

De acordo com Peirce, a diferença entre realistas e nominalistas reside, mais fundamentalmente, em suas respectivas visões da realidade e o entendimento de Peirce da diferença entre realistas e nominalistas reflete sua distinção entre realidade e existência. Partindo dessa distinção, Peirce conceituará a realidade como o *locus* da generalidade ontológica ou, mais precisamente, dos sistemas ontologicamente contínuos na forma das leis da natureza. Nesse sentido, os universais são reais e existem regularidades que afetam o pensamento. Certos princípios gerais são realmente operativos na natureza (Peirce, 1903, CP 5.101).

Em sua abordagem do problema dos universais Peirce adota uma posição clara de negação do nominalismo via o que ele chamou de realismo escolástico (Peirce, c. 1905, CP 5.503). Salatiel (2013, p. 134) explica que esse ponto de vista "consiste em aceitar não somente a realidade dos particulares, como queriam os filósofos nominalistas, mas também de duas instâncias de universais – a possibilidade e a generalidade". Para Peirce existe um movimento de continuidade entre o particular e o geral, o individual e o social. O contínuo, por seu lado é definido como algo cujas possibilidades de determinação nenhuma quantidade de indivíduos pode exaurir (Peirce, 1892, CP 6.160). Uma forma rudimentar de continuidade é a generalidade,

visto que a continuidade não é outra coisa senão a generalidade de uma lei de relação (Peirce, 1902, CP 6.172). De Souza (2002, p. 75) afirma que para Peirce, uma característica própria da generalidade e dos universais, é o *continuum* de espaço-tempo que amálgama todos os conceitos, ao contrário do nominalismo no qual o espaço-tempo não passaria de uma construção da interioridade humana.

Enquanto realidade está subsumida à terceira categoria, existência é aquele modo de ser do particular, do individual, caracterizada pela dualidade de forças. O individual atualiza a generalidade da lei abrindo possibilidade para o caráter preditivo do pensamento. Leis, dessa forma, contêm uma dimensão futura que lhe confere continuidade. Nas palavras de Peirce:

Costumamos conceber a Natureza como estando perpetuamente realizando deduções em Barbara. Esta é a nossa metafísica natural e antropomórfica. Concebemos que há Leis da Natureza, que são as suas Regras ou premissas maiores. Concebemos que Casos surgem sob estas leis, estes casos consistem na predicação, ou ocorrência, de causas, que são os termos médios dos silogismos. E, finalmente, concebemos que a ocorrência destas causas, em virtude das leis da Natureza, resulta em efeitos que são as conclusões dos silogismos. Conceber a natureza dessa maneira leva-nos naturalmente a conceber a ciência como tendo três tarefas - (1) a descoberta de Leis, que é realizada por indução; (2) a descoberta de Causas, que é realizado por inferência hipotética, e (3) a predição dos Efeitos, que é realizada por dedução. Parece-me ser muito útil selecionar um sistema de lógica que preserve todas essas concepções naturais (Peirce, 1883, CP 2.713).

A ontologia pretende descrever a estrutura da realidade e Peirce o fará usando as mesmas categorias que apareceram na fenomenologia, dando a elas um estatuto ontológico de acaso, existência e lei, como modos de ser ontologicamente (e, portanto, logicamente, de serem predicados), que podem ter as coisas. Conforme afirma Peirce,

(...) deparamo-nos com elas não de vez em quando, mas sim a todo momento. Vimos que as ideias de um, dois, três são-nos impostas pela lógica, e realmente não podem ser postas de lado. Encontramos algumas razões para pensar que elas são igualmente importantes na metafísica (Peirce, 1890, CP 1.374).

Dessa forma, o estatuto ontológico das categorias à luz da metafísica se configuraria da seguinte forma: a realidade como lei, ligada à terceira categoria de sua tríade, a Terceiridade, como o *locus* do modo de ser das Leis da natureza, configurada,

nestes termos, como mediação entre Acaso que configuraria a realidade como possibilidade ou Primeiridade e Existência que, segundo Ibri (1992, p. 64), é um modo especial de realidade, detentora de alteridade, porém destituída de generalidade e que se constituiria nos modos de ser da Secundidade.

Conforme afirma Hardi (2011, p. 60), "se há regularidades que afetam o pensamento, se a indução é válida (a longo prazo), essas regularidades devem estar nas coisas "externas" (à mente), embora só possam ser reais quando "transportadas" para o mundo "interno"". Dentro desse contexto, adotar um ponto de vista nominalista pode sugerir que os nossos objetos de conhecimento não podem ser tão nitidamente diferenciados de nossas concepções destes objetos como o realista pensa.

Ian Hacking (1999, p. 80-84), argumenta que muito do que é chamado de construtivismo social da ciência na contemporaneidade é realmente motivado por uma visão metafísica nominalista não declarada. Tal ponto de vista é comum em várias teorias da linguagem e o realismo escolástico de Peirce e a sua ideia de objetos, tal como desenvolvida na sua semiótica possibilitam uma saída para os impasses do construtivismo, que segundo Andacht (2005, p. 1) considera signos e realidade para sempre divorciados. Conforme afirma Franco (2015, p. 73), a ênfase no realismo peirciano permite reconhecer a realidade veiculada pelo signo sem negar a realidade em si mesma.

A teoria semiótica diz respeito ao próprio universo, com o qual a consciência compartilha da mesma natureza semiótica. Parker (1994, p. 58-9) afirma que a semiótica pode ser vista como a base para a ontologia, pois a semiótica de Peirce envolve o ideal de verdade como o fim no infinito processo de semiose. O conceito metafísico de realidade está sugerido na semiótica como o objeto hipotético que deverá ser representado em uma opinião verdadeira (Peirce, 1878, W3.273). A partir da semiótica, Parker (1994, p. 60) levanta a hipótese de que sendo a semiótica pensada como um processo contínuo de representação e interpretação, a realidade deverá ser também concebida em termos de processos. Nesse caso, o processo semiótico revela um ponto de ancoragem para a realidade, principalmente através da ideia de Objeto, como veremos a seguir.

Dos objetos (objeto dinâmico e objeto imediato)

Discussões sobre o realismo em Peirce frequentemente buscam na semiótica (Hausman, 1991, 2002; Parker, 1994), mais especificamente no objeto do signo e no desenvolvimento do conceito de objeto dinâmico e imediato, argumentos para defender um tipo peculiar de realidade desenvolvido por Peirce.

A semiótica de Peirce é proposta por ele como uma ciência geral das representações (Peirce, 1865, W1:174). Ela é uma ciência que estuda os signos e suas condições para transmissão de significado de uma mente para outra (Peirce, c. 1896, CP 1.444). As condições para transmissão desse significado são dadas por pelo menos três elementos que compõem os signos e suas relações: o objeto do signo, o signo e o interpretante do signo. Esses três elementos são necessários para a definição mais simples do signo em Peirce que afirma que o signo serve para transmitir conhecimento sobre alguma outra coisa que ele substitui, da qual ele está no lugar e que, portanto, ele representa. Essa outra coisa é chamada de objeto do signo e a ideia que o signo gera na mente é um signo mental desse mesmo objeto, chamado de interpretante (Peirce, 1895, EP 2:13).

O objeto nessa definição é apresentado como sendo aquilo que foi substituído pelo signo. E o signo, estando no lugar desse objeto, o representa criando uma ideia do objeto em uma mente. O signo não substitui o objeto em todas as suas nuances, mas apenas com relação a alguns aspectos. Mas como o signo adquire certas características que lhe possibilitam estar no lugar do objeto? Tais características existem antes de serem interpretadas como representando o objeto? Ao dizer que o signo representa o objeto e determina o interpretante, temos apenas o signo como agente ativo das relações.

Em outras definições, Peirce explica uma outra força de determinação, colocando o objeto numa posição ativa. “Como um meio, o signo está essencialmente em uma relação triádica, para o Objeto que o determina e para o seu Interpretante que ele determina. Em relação ao seu objeto, o Signo é *passivo*. Isto quer dizer que sua correspondência com o Objeto provém de um efeito deste sobre o Signo, o Objeto permanecendo inafetado. Por outro lado, na sua relação com o Interpretante, o Signo é

ativo, determinando o Interpretante sem ser ele mesmo afetado por ele.” (Peirce, c. 1906, EP 2:544).

A ação de determinação do objeto sobre o signo fica mais evidente nas definições de signo a partir de 1903, quando a noção de objeto real passou a ser uma característica básica da semiótica e de 1906, quando o objeto foi subdividido em objeto dinâmico e objeto imediato. Houser, na introdução ao *Writings of Charles S. Peirce*, volume 6, explica:

Na sua definição de “real” para o *Century Dictionary*, Peirce distinguiu “objetos reais (...) externos à mente”, que são “totalmente independentes de nosso pensamento”, dos objetos internos que “dependem do pensamento”, mas “não de pensamentos sobre eles”. Em 1903, essa distinção se tornou uma característica básica de sua semiótica (EP2:276) e em 1906 se tornou a hoje conhecida dupla objeto dinâmico e imediato (EP2:477) (Houser, 2000, p. lxxxii).

Isso não significa, no entanto, que a ideia de determinação do objeto não existia antes dessa época. Podemos perceber em vários trechos anteriores a esse período a preocupação em demonstrar que algo anterior ao signo faz com que o signo seja capaz de representar. Em um manuscrito de 1873, Peirce apresenta três requisitos para o funcionamento do signo. O segundo deles diz que o signo deve ser afetado de algum modo pelo objeto que ele significou (Peirce, 1873, MS 380 e MS 389 apud Marty, 2012). Ao explicar os signos indiciais ele pontua que os signos devem ter uma conexão física real com a coisa que ele significa de modo a ser afetado por essa coisa (Peirce, 1873, CP 7.356).

No entanto, é realmente a partir de 1903 que a ideia de um objeto que afeta o signo e que não é afetado pelo signo (Peirce, 1903, CP 1.538) passa a ser explicitada nas definições de signos em geral e não restrito aos signos indiciais. Tal definição do objeto do signo pode ser associada à definição de real como sendo “aquilo que possui características que são independentes de como você ou eu pensamos” (Peirce, 1878, CP 5.405). A divisão do objeto em dinâmico e imediato mostra uma certa preocupação em deixar mais clara essa relação de determinação que não era tão explorada no início dos textos sobre semiótica, mas que passa a ficar mais frequente posteriormente. De acordo com Peirce, o objeto imediato do signo é o objeto representado pelo signo, enquanto o objeto dinâmico é o objeto independente do modo como pensamos sobre

ele (Peirce, 1906, CP 4.536). Os conceitos de objeto dinâmico e imediato se tornam claro nos textos de Peirce a partir de 1906 e em 1908 eles são incorporados aos sistemas de signos mais complexos propostos por Peirce. Encontramos objetos dinâmicos e imediatos, assim como interpretantes imediatos, dinâmicos e finais tanto no sistema de 28 classes (Peirce, 1908, EP 2.480–481) quanto no de 66 classes (Peirce, 1908, EP 2.481–491).

Hausman (1991) destaca uma passagem em um manuscrito de Peirce que nos mostra como as questões sobre o real estão relacionadas com o objeto do signo: “Se o objeto imediatamente anterior à mente é o objeto real ou não parece ser uma questão sobre a qual é difícil extrair qualquer significado claro. No entanto, é quase certo que nenhum pensamento sobre ele irá de qualquer modo modificar o objeto Real, uma vez que isso é precisamente o que significa chamá-lo de Real, embora algumas vezes objetos sejam modelados pelo pensamento” (MS 6.34.00010 apud HAUSMAN, 1991, p. 479).

Ainda segundo Hausman (1991, p. 480), um dos modos de entender a realidade diz respeito a uma condição de resistência a qualquer forma ou interpretação dada ao objeto. Tal modo fica contemplado nas noções de objeto do signo apresentadas. A outra noção de realidade diz respeito à possibilidade de uma forma final ou invariante na forma de características do objeto que independem de qualquer interpretação particular em qualquer tempo. Tais características estariam acessíveis apenas no fim ou no limite da investigação.

Para Peirce, alcançamos o conhecimento perfeito sobre algo quando nossa opinião sobre alguma coisa está resolvida e não importa quão longe formos numa investigação, ela não trará nenhuma novidade (Peirce, 1893, CP 4.62). Isto é, o conhecimento permanecerá o mesmo, sem se alterar. Isso não quer dizer que esse conhecimento perfeito é completo, ele apenas parece perfeito, pois não se altera mesmo que haja esforço de investigação. Tendo em vista o falibilismo, Peirce afirma que ainda assim concebemos que um outro alguém alcançará um tal conhecimento perfeito que entrará em conflito com o nosso. Quer dizer, um mesmo objeto poderia gerar como interpretante duas ideias conflitantes. Peirce exemplifica: “ele pode saber que algo é branco, enquanto nós sabemos que esse algo é preto” (Peirce, 1893, CP

4.62). Segundo ele, apesar de ser concebível, tal situação não é possível, pois se não houver um terceiro que compare as duas ideias conflitantes, será difícil dizer que significado há em afirmar que discordamos. “Quando estudamos o princípio de continuidade, devemos ganhar uma concepção de conhecimento e de realidade mais ontológica. No entanto, mesmo isso não irá abalar a definição que agora temos” (Peirce, 1893, CP 4.62).

Para compreender melhor a relação desse exemplo com a continuidade, o conhecimento, a realidade e a ontologia, recorreremos à análise de uma situação cotidiana semelhante ao exemplo dado. Um brasileiro de pele clara bronzeada, cabelos pretos cacheados pode no Brasil ser considerado branco pelos brasileiros. Viverá no país com a certeza de ser branco e se declarará branco, pois todas as experiências em sua vida apontarão para a consolidação dessa ideia. Temos, então, um ser humano existente que se torna signo de homem branco no Brasil.

Imagine que esse mesmo brasileiro um dia viaje para os Estados Unidos. Lá chegando terá experiências diferentes que surpreenderão a certeza que ele próprio tinha, a de que era branco. Ele será identificado pelos americanos como não branco, a depender de algumas variáveis poderá ser identificado como latino ou afrodescendente. Isto é, o homem que era signo de branco no Brasil passa a ser signo de latino nos Estados Unidos. Alguns, frente a esse fenômeno, dirão apressadamente que a diferença de significados que o mesmo homem produz é consequência de algo que acontece no processo interpretativo. Isto é, que americanos interpretam de um modo a brancura dos seres humanos e que brasileiros interpretam de outro modo. Tal conclusão tem como premissa que o homem individual é o objeto do signo. Isso garante que o homem-signo de homem branco no Brasil tem as mesmas qualidades do homem-signo de latino-americano nos Estados Unidos.

No entanto, Peirce deixa claro em algumas passagens que o objeto do signo não é um existente isolado, mas sim o universo ao qual ele faz parte (Peirce, 1909, EP 2:492, CP 8.178). Segundo ele, o objeto do signo “Napoleão é letárgico” é o universo de existência, uma vez que Napoleão é membro desse universo. O objeto de “Hamlet era insano” é o universo de criação de Shakespeare. Por fim, o objeto da ordem “Abaixem as armas”, dada por um capitão, é o universo de coisas desejadas pelo capitão, ou seja,

o universo de expectativas (Peirce, 1909, EP 2:493, CP 8.178). O homem individual, portanto, não deve ser o objeto desses signos.

Na primeira situação, temos um signo que é o homem brasileiro no Brasil. Qual seria, então, o objeto desse signo que não deve ser o homem existente isolado, mas o universo do qual ele faz parte? Poderíamos pensar que esse universo é o universo dos homens existentes. No segundo caso, temos como signo o homem brasileiro nos Estados Unidos e o universo dos homens existentes também poderá ser o objeto desse signo. Se essas duas situações nunca fossem comparadas, não existiria conflito algum no significado desses signos. No entanto, a comparação entre esses dois signos e a análise do seu funcionamento nos faz perceber que o universo dos homens existentes é maior e mais diverso do que inicialmente imaginávamos ou percebíamos.

Se toda a experiência desse brasileiro com homens é restrita ao universo de seres humanos brasileiros, ainda que ele saiba da possibilidade de homens de outras nacionalidades e com características distintas, sua ideia de homem estará pautada pela ideia de homem brasileiro e, portanto, até esse momento o universo dos homens existentes é composto de homens brasileiros com os quais ele tem experiência. Ainda assim, sabendo que não temos acesso a todo o universo de homens existentes, devemos conceber a possibilidade de outros homens nesse universo, ainda que não possamos especificá-los, pois que não são conhecidos. Ao perceber que, ao chegar em outro país, ele passa a ser um signo diferente, o universo dos homens existentes se amplia e passa a incluir homens americanos que inclui não só os homens americanos existentes, mas as ideias que os americanos têm do que é o conjunto de homens existentes. Desse modo, modificam-se as características desse universo que antes era composto por categorias utilizadas pelos brasileiros e que agora passam a incluir as categorias utilizadas pelos americanos. Isto é, o universo de homens existentes se apresenta com novas características que antes não eram percebidas. Tais características estavam colocadas como possibilidades, dado que sabemos que nosso conhecimento nunca é completo, mas não poderiam ser descritas.

Se esses dois fenômenos sígnicos nunca fossem comparados, o universo dos homens existentes não seria percebido de modo diferente. Isto é, aquela opinião consolidada sobre algo não teria se alterado. Brasileiros e americanos continuariam

cada um com seu universo de homens existentes, ambos pertencentes a um mesmo universo, o universo dos homens existentes da realidade. Tais universos particulares estão num mesmo contínuo, compartilham qualidades, mas possuem suas diferenças, pois são mais restritos do que a realidade como um todo. Quando frente ao conflito de significados se atribui o fenômeno aos interpretantes, passa-se a procurar o equívoco na interpretação, pois trabalha-se com a ideia de que o objeto do signo é o homem existente e não o universo de que esse homem é parte. Daí a dificuldade de se entender, por exemplo, como pode um objeto determinar signos para representá-lo e esses signos determinarem interpretantes conflitantes. Nesse caso, ao invés do processo semiótico ampliar o conhecimento sobre o universo, o universo conhecido torna-se mais restrito, pois se pressupõe que o conhecimento consolidado é perfeito e resiste-se a perceber que o universo de homens na realidade é mais amplo do que podemos conhecer.

A diferença entre um objeto do signo amplo e um mais restrito pode ser relacionada aos conceitos de objeto dinâmico e objeto imediato. Identificamos como objeto dinâmico de ambos os signos o universo dos homens existentes na realidade que inclui os homens existentes de qualquer nacionalidade e em qualquer tempo passado e futuro. É obviamente um universo ao qual temos acesso restrito. Nosso conhecimento é sempre parcial e a consciência dessa condição inerente ao nosso processo de conhecimento parece ser um fator importante para nos deixar atentos aos signos existentes que representam outros aspectos dessa realidade.

Enquanto o objeto dinâmico de ambos os signos analisados se refere a um universo amplo, o objeto imediato se refere a um universo mais restrito. No primeiro caso o universo de homens brasileiros existentes funciona como objeto imediato. Tal universo inclui as qualidades dos homens brasileiros existentes, os homens brasileiros existentes e as ideias que se tem desses existentes, isto é, as categorias utilizadas para organizar o saber sobre esses homens. No segundo caso, o signo requer um pouco mais de atenção. O universo de homens existentes, na função de objeto dinâmico, determina um signo que é o homem brasileiro existente no contexto da sociedade americana. Esse signo pode ter como objeto imediato tanto o universo de homens existentes brasileiros quanto o universo de homens existentes americanos. O

americano que observa esse homem e o reconhece como não branco, o observa no contexto americano e seu conhecimento dos homens existentes formado a partir de experiências com homens americanos.

Conseqüentemente, o interpretante gerado ignora o universo de homens brasileiros, pois o desconhece, e o significado gerado é determinado apenas pelo universo de homens americanos. Ainda que o signo tenha potencial para representar também o universo de homens brasileiros, nessa situação o signo representa o universo como sendo restrito ao universo americano. O brasileiro, que é ele próprio signo de homem brasileiro, possui uma identidade formada pelo universo de homens brasileiros e nessa situação sua identidade é confrontada pelo universo de homens americanos que se apresenta para ele no modo como o americano reage a ele. Nessa situação em que o homem brasileiro com seu conhecimento sobre homens existentes brasileiros é confrontado com a ideia de homens existentes americanos, temos como objeto imediato do signo homens existentes brasileiros e americanos, pois nessa situação o signo representa ambos os universos.

Em carta para Lady Welby em 1906, Peirce afirma que a distinção entre objeto imediato e dinâmico é necessária para resolver um aparente conflito de verdades. Se por um lado o objeto do signo corresponde à forma que é comunicada pelo signo e que independe do signo e o determina, por outro lado, o objeto do signo não pode ser nada além do que o signo representa que ele é (Peirce, 1906, EP 2.477, SS:196). O objeto dinâmico passa a definir essa forma que determina o signo e que independe dele e o objeto imediato define o modo como o signo representa o objeto dinâmico, portanto, o objeto como o signo o representa numa determinada situação *signica*.

No exemplo dado, o aparente conflito de verdades poderia levar os dois homens a uma discussão em que um afirmaria ser branco e o outro discordaria. Se nenhum dos dois estiver disposto a entender o que determina o outro a afirmar algo diferente do que ele próprio imagina ser a verdade sobre a branquidão de um homem, provavelmente não será alcançado nenhum avanço no que diz respeito ao conhecimento do universo dos homens existentes. O confronto por si só fica desprovido de sentido se ele não servir para aumentar o conhecimento que se tem sobre o universo mais amplo, o dos homens existentes.

Peirce, ainda nessa carta de 1906, introduz o conceito de *commens* para se referir a uma mente comum, unindo a mente do emissor e do intérprete para que o signo em questão cumpra a sua função (Peirce, 1906, EP 2.478, SS:197⁸). Para que um significado seja transmitido é necessário que haja uma experiência comum compartilhada. O que leva Peirce a afirmar que a forma transmitida é sempre uma determinação do objeto dinâmico dessa mente comum, *commind* (Peirce, 1906, EP 2.478, SS:197). Nesse momento do texto Peirce começa a mostrar como realidade e conhecimento da realidade se relacionam no objeto dinâmico. Em seguida ele afirma “Aliás, o objeto dinâmico não significa algo fora da mente. Ele significa algo que é forçado sobre a mente na percepção, mas que inclui mais do que a percepção revela. Ele é objeto de *experiência* atual.” (Peirce, 1906, EP 2.477, SS:196). Objeto dinâmico, portanto, não deve ser entendido como uma realidade externa à qual não temos nenhum acesso. Tampouco é apenas a realidade tal como a percebemos. Certamente só podemos descrever aquilo que conhecemos do objeto dinâmico. No entanto, a afirmação de que o objeto dinâmico independe do que pensamos sobre ele coloca um certo grau de incerteza no processo de conhecimento que é fundamental para a continuidade das investigações sobre a realidade.

A relação da semiótica com a realidade pode ser um pouco mais explorada se nos atermos aos tipos de objetos dinâmicos e tipos de objetos imediatos descritos por Peirce quando iniciou sua proposta de um sistema com 66 classes de signos. Nesse sistema, Peirce identifica os três modos de ser do objeto dinâmico — abstrativo, concreto e coletivo —, e do objeto imediato — descritivo, designativo e copulante — (Peirce, 1908, EP 2:480).

Sobre o modo de ser do objeto dinâmico abstrativo, Peirce afirma que ele pode ser um objeto possível de um signo de possibilidade como beleza, cor, massa, brancura (Peirce, 1908, EP 2:480; EP 2:489). É um objeto ideal não realizado em evento algum. Podemos pensar tendo em vista o exemplo trabalhado e o seu objeto dinâmico, o universo de homens existentes, que ele corresponde a todas as qualidades possíveis no universo dos homens existentes. O objeto dinâmico concreto deve ser uma ocorrência atual, do passado ou do futuro. No exemplo dado, ele corresponde ao

⁸ SS se refere ao *Semiotic and Significs*, conforme notação adotada internacionalmente para citação dos textos de C. S. Peirce. O número depois dos dois pontos se refere ao número da página. A data se refere ao texto de Peirce.

universo dos homens existentes de fato (Peirce, 1908, EP 2:480; EP 2:489). Independentemente dessa ocorrência ser atual ou conhecido atualmente, dado que esse universo inclui homens existentes no passado que desconhecemos, assim como homens que existirão no futuro. Por fim, o objeto dinâmico coletivo tem o modo de ser de um geral. Diz respeito a grupos de coisas que pertencem ao universo de homens existentes. Peirce exemplifica como coletivo, a humanidade e a raça humana (Peirce, 1908, EP 2:489), pensando provavelmente em um universo mais amplo do que o que estamos tratando aqui, como o universo dos seres ou das coisas existentes. Esses coletivos descritos nos universos podem ser entendidos como categorias que agrupam determinados tipos de existentes de um universo de acordo com critérios variados.

Com relação aos modos de ser do objeto imediato, percebemos que eles dizem respeito ao modo como o signo representa o objeto dinâmico. O objeto imediato descritivo indica o objeto dinâmico por meio de suas qualidades que podem ser mais ou menos vagas (Peirce, 1908, EP 2:480). Já o objeto imediato designativo, como o próprio nome diz, designa uma ocorrência. Para que o objeto imediato seja designativo, o objeto dinâmico precisa ser do modo concretivo ou coletivo, dado que os coletivos agrupam tipos de existentes e, portanto, envolvem os concretivos. Por fim, o objeto imediato copulante indica uma necessidade (Peirce, 1908, EP 2:480) que pode ser entendida como um modo de representar que recorre à razão para sustentar a atualidade (Peirce, 1908, MS [R] 277 apud *Commens Dictionary*). Tal razão não é desconectada da atualidade, ela é um modo de generalização possível a partir das instâncias da atualidade. Desse modo podemos observar uma certa continuidade entre o modo de ser atual e geral.

Considerações finais

A descrição dos modos de ser do objeto dinâmico nos dá algumas informações sobre o modo como Peirce concebe a realidade, já os modos de ser do objeto imediato indicam os modos para acessar partes dessa realidade. Os objetos dinâmicos abstrativo, concretivo e coletivo reforçam a ideia de que a realidade em Peirce envolve tanto gerais quanto suas manifestações. Conforme afirma Salatiel (2013, p. 134) uma

"lei não é um atributo humano que se impõe a um mundo desordenado de coisas, indivíduos ou particulares. Pelo contrário, é um fato objetivo, que se faz presente no mundo antes mesmo da existência do homem". Mas a realidade, no entanto, não está pronta de antemão. A incompletude do objeto dinâmico dá margem à ideia de uma realidade que se modifica. As leis estão em evolução no universo. Tal característica atua sobre nossas previsões que são sempre frágeis e provisórias. O processo evolutivo se dá no curso da semiose, pois o objeto dinâmico determina o signo, fazendo com que ele determine interpretantes. Nesse sentido Hausman (2002, p. 13) defende a ideia de realidade processual e evolutiva sugerindo uma filosofia processual em que a estabilidade da realidade está na relação entre eventos.

Enquanto o objeto apresenta características de uma realidade que se torna manifesta por meio de signos (Santaella, 2000, p. 29-30) que ela mesma impulsiona, o interpretante final nos leva à ideia de verdade que se relaciona com a realidade (Peirce, 1909, SS, p. 111), pois diz respeito a possibilidade de uma forma final ou invariante no modo de significação do objeto que independe de interpretantes particulares. Desse modo, nenhum interpretante tomado isoladamente pode ser um interpretante verdadeiro, isto é, aquele que corresponde em todos os aspectos à realidade. Ao considerar a realidade como um processo que se modifica e evolui, torna-se ainda mais difícil conceber tal correspondência entre interpretante e objeto, pois o interpretante particular nunca seria suficiente para dar conta de uma realidade em processo. Apenas no curso infinito da semiose poderíamos alcançar a verdade. Tal concepção de verdade envolve a noção de probabilidade, que nos permite talvez perceber tendências ao longo do infinito processo de semiose.

Parker (1994, p. 54-55) argumenta ainda que essa noção de verdade incorpora a ideia de que o conhecimento é construído socialmente ao mesmo tempo em que propõe uma noção de verdade objetiva ao afirmar que a verdade independe do que pensam quaisquer e quantas pessoas forem, isto é, independe de qualquer número finito de opiniões. É possível afirmar que os compromissos metafísicos realistas de uma teoria da verdade em Peirce tem um caráter evolutivo. As crenças verdadeiras são as crenças que têm como correlato um "fato real" (Peirce, 1878, EP1: 146), enquanto falsas crenças são meras ficções. No entanto, uma crença estabelecida só pode ser

compreendida como uma verdade em caráter transitório, porque para Peirce, a verdade seria estabelecida pela opinião final *in the long run* (Peirce, 1878, EP1: 146), ao final do processo de investigação que só existe enquanto alvo.

Dessa forma, só se pode especular sobre o real e esperar que no processo inferência encontre-se a correspondência entre signo e objeto. A incerteza sobre o próprio conhecimento, que gera a dúvida e impulsiona novas investigações. Ao mesmo tempo, a crença numa realidade que não pode ser concebida completamente possibilita estar mais atento aos signos da realidade que se apresentam e poderiam ser negados caso sejam entendidos como fruto de uma interpretação errônea dos outros. O fato da realidade ser processual, independente de um número finito de opiniões, mas parcialmente cognoscível, pode nos fazer pensar em como nossas ações alteram e contribuem para o processo evolutivo.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDACHT, Fernando. A Síndrome de Prometeu: um obstáculo no desenvolvimento do campo da comunicação. **Intexto: revista do mestrado da comunicação UFRGS. N. 12 (2005),[10 f.]**, 2005.

ANDERSON, Douglas R.; HAUSMAN, Carl R. **Conversations on Peirce: Reals and ideals**. New York, Fordham Univ Press, 2012.

ARMSTRONG, David Malet. **Nominalism and Realism. Universals and Scientific Realism Volume I**. Cambridge: Cambridge University Press. 1978.

BARAD, Karen. **Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter**. Signs: Journal of Women in Culture and Society 28: 801–831. 2003.

BEUCHOT, Mauricio. El realismo escolástico de los universales en Peirce. 1996. Disponível em < <http://www.unav.es/gep/AF/Realismo.html>>. Acesso em 05/2016.

BRAVER, Lee. **A Thing of this World: A History of Continental Anti-Realism**. Evanston: Northwestern University Press, 2007.

BRYANT, Levi. Onticology—A Manifesto for Object-Oriented Ontology, Part I. **Larval Subjects**, 2010. Disponível em: < <https://larvalsubjects.wordpress.com/2010/01/12/object-oriented-ontology-a-manifesto-part-i/>> . Acesso em 05/2016.

BRYANT, Levi; SRNICEK, Nick; HARMAN, Graham (Ed.). **The speculative turn: Continental materialism and realism**. re. press, 2011.

DE ALMEIDA, Mauro W. B. 2013. Caipora e outros conflitos ontológicos. In: **R@U-Revista de Antropologia da UFSCar**, janeiro-junho, v.5, n.1, p. 7-28.

DE LANDA, Manuel. **Intensive Science and Virtual Philosophy**. London & New York: Continuum, 2002.

DELANEY, Cornelius F. Peirce sobre ciência e metafísica: visão geral de uma visão sinóptica. **Cognitio: Revista de Filosofia**, n. 3, p. 11-21, 2013.

FISCH, Max H. Peirce's Progress from Nominalism toward Realism. **The Monist**, p. 159-178, 1967.

FRANCO, Juliana Rocha. A “virada espacial” e a semiótica: uma proposta alternativa ao pensamento binário. **Líbero**, n. 36, p. 65-76, 2016.

DE SOUZA, Hélio Augusto Godoy. **Documentario, Realidade E Semiose**. Annablume, 2002.

HEMMINGS, Clare. Invoking affect: Cultural theory and the ontological turn. **Cultural studies**, v. 19, n. 5, p. 548-567, 2005.

HERDY, Rachel. **Da comunidade à realidade? Desfazendo equívocos sobre Peirce**. Revista Estudos Hum(e)anos, v. 3, 2011, 56-69.

HOUSER, N. "Introduction" in: **Writings of Charles S. Peirce v. 6**. (ed. by Peirce Edition Project.) Bloomington: Indiana University Press, 2000.

HAACK, Susan. "Extreme Scholastic Realism:" Its Relevance to Philosophy of Science Today. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 28, n. 1, p. 19-50, 1992.

HAUSMAN, Carl R. Peirce's evolutionary realism. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 27, n. 4, p. 475-500, 1991.

HAUSMAN, Carl R. Charles Peirce's evolutionary realism as a process philosophy. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 38, n. 1/2, p. 13-27, 2002.

HOOKWAY, Christopher. Design and chance: the evolution of Peirce's evolutionary cosmology. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 33, n. 1, p. 1-34, 1997.

IBRI, Ivo Assad. Pragmatismo e Realismo: a semiótica como transgressão da linguagem. **Cognitio: Revista de Filosofia**. v. 7, n. 2, p. 247-259, 2006.

IVAKHIV, A. On matters of concern: Ontological politics, ecology, and the anthropo(s)cene (UC Davis Environments and Societies Paper). **University of California at Davis**, 2014.

MARTY, Robert. 76 Definitions of The Sign by C. S. Peirce, abril 2012. Disponível em: <<http://www.iupui.edu/~arisbe/rsources/76DEFS/76defs.HTM>> Acesso em: 11 ago. 2016.

MAYORGA, Rosa Maria Perez-Teran. **From realism to "realicism": The metaphysics of Charles Sanders Peirce**. Lexington Books, 2007.

MAYORGA, Rosa. Peirce y la metafísica. **Revista anthropos: Huellas del conocimiento**, n. 212, p. 121-131, 2006.

NÖTH, W. A teoria da comunicação de Charles S. Peirce e os equívocos de Ciro Marcondes Filho. **Galaxia**, n. 25, p. 10-23, jun. 2013.

NUBIOLA, Jaime. What a Scientific Metaphysics Really Is (According to CS Peirce). In: **First European Pragmatism Conference**. 2012.

PARKER, Kelly. Peirce's semiotic and ontology. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 30, n. 1, p. 51-75, 1994.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers**, vols. 1-6, edited by C. Hartshorne and P. Weiss, vols. 7-8, edited by A. W. Burks, Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1931-58.

_____. **Semiotic and Significs**. *The Correspondence between Charles S. Peirce and Lady Victoria Welby*, ed. by Charles S. HARDWICK. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

_____. **Writings of Charles S. Peirce**, vols. 1 to 6. Vol. 1, edited by Max Fisch et al., vol. 2, ed. by Edward C. Moore et al., vols. 3-5, ed. by Christian Kloesel et al., vol. 6, ed. by Peirce Edition Project. Bloomington: Indiana University Press, 1980-2000.

_____. **The essential Peirce**: selected philosophical writings. Vols. 1-2 (1867-1893 e 1893-1913), Vol. 1: N. Houser and C. Kloesel eds., Vol. 2: The Peirce Edition Project, ed.. Bloomington e Indianapolis: Indiana University, 1992-1998.

SALATIEL, José Renato. Comentários in: PEIRCE, Charles Sanders. **Leis da natureza. Trilhas Filosóficas**, v. 3, n. 2, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **"Transformação" na antropologia, transformação da "antropologia"**. 2011. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/transformacoes.html>>. Acesso em 05/2016.